



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan Vanessa Manfio Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos Helen Soares Vitória Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura Fátima Maria de Lima Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos Ana Margarete Gomes da Silva Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida Maikon Geovane Oliveira Vila Nova Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	280

A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL

Leonardo Calixto Maruchi

Universidade Federal da Grande Dourados-
Faculdade de Ciências Humanas
Dourados, Mato Grosso do Sul

RESUMO: O presente trabalho é resultado de um trabalho de conclusão de curso, durante sua construção buscou-se fazer uma análise e trazer reflexões acerca do papel do indígena no comércio de Amambai-MS. Essa cidade está localizada no sul do estado do Mato Grosso do Sul, próximo à fronteira com o Paraguai. Segundo dados do IBGE de 2010, a cidade possui 35.523 habitantes, e destes, 8.807 (24,7%) são indígenas das etnias Guarani e Kaiowá, que moram nas três aldeias que ficam nos arredores da cidade, e também, há aqueles que vivem dentro da área urbana. Esse elevado percentual da população indígena se reflete também no espaço urbano, especialmente no centro comercial da cidade. Portanto, essa pesquisa buscou demonstrar que apesar do preconceito e da invisibilização sofrida por estes povos, eles possuem grande relevância na dinamização do comércio e são importantes para a economia de Amambai.

PALAVRAS-CHAVE: Guarani e Kaiowá; preconceito; dinamização do comércio.

ABSTRACTS: The present paper is the result of

an assignment for course conclusion, during its creation we sought to make an analysis and bring up reflections about the role of the indigenous people in the commerce in Amambai city, MS. The city is located in the south of Mato Grosso do Sul state, near the border with Paraguay. According to the IBGE data of 2010, the city has 35.523 inhabitants, from these inhabitants 8.807 (24,7%) are indigenous from the Guarani and Kaiowá ethnicity who live in three different villages located around the city, there are also those who live in the urban area. This high percentage of the indigenous population also reflects in the urban area, especially downtown near the stores. Therefore this research sought to show that despite the prejudice and infeasibility suffered by these people they have great relevance in the dynamization of the commerce and are important for the economy of Amambai.

KEYWORDS: Guarani and Kaiowá; Prejudice; Dynamization of the commerce.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado dos dois primeiros capítulos de um trabalho de conclusão de curso intitulado: “A territorialidade Guarani e Kaiowá na cidade de Amambai-MS”, tal trabalho é resultado de discussões

e aprendizados dentro do grupo de pesquisa TERRHA- Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social, que trabalha temas que permeiam a questão agrária, urbana, econômica e social.

O propósito deste trabalho foi analisar o centro comercial da cidade de Amambai-MS e a relação dos povos indígenas com este lugar, para assim também termos um panorama da questão indígena local, buscando entender e denunciar o preconceito e os diversos problemas e dificuldades enfrentados por estes povos que na verdade se mostraram importantes para a economia local.

Portanto, para entender essa dinâmica, é importante que busquemos compreender as relações socioespaciais existentes neste lugar, sejam elas através da vivência, do consumo, do oferecimento de serviços e etc., são estes enfoques buscados no andamento desta pesquisa, através de entrevistas, questionários e revisão bibliográfica.

Amambai se localiza no interior do estado de Mato Grosso do Sul, e caracteriza-se por possuir uma grande parte da população de etnia indígena, cerca de 25% da população total, estando a maioria divididos em três aldeias nos arredores da cidade, e uma pequena parte mora dentro da área urbana. Por grande parte da população amambaiense ser indígena, a dinâmica no comércio diferencia-se da maioria das cidades pequenas do país, uma vez que a cultura indígena influencia nas relações existentes dentro da cidade.

Durante a execução desse trabalho, buscou-se demonstrar a importância do indígena para a economia de Amambai, lembrando sempre que o indígena não se torna menos indígena por fazer coisas entendidas como sendo do não índio, como consumir no comércio local ou vender sua mão de obra por exemplo. Tal enfoque foi uma forma de combater o preconceito enraizado na população sul-mato-grossense, que muitas vezes de forma equivocada taxa os indígenas de vagabundos, como se eles não trabalhassem e vivessem apenas de auxílios governamentais e não contribuíssem ou fossem um empecilho para o avanço econômico.

Durante a execução da pesquisa pudemos perceber que em determinados pontos da região central da cidade a relação entre indígenas e o comércio se dá de maneira muito intensa, portanto, e dentro desses pontos, ainda há a preferência de consumo dos indígenas por determinados estabelecimentos, mesmo que estes tenham concorrentes vizinhos que ofereçam o mesmo serviço. Um dos questionamentos que esta pesquisa buscou entender é como essa relação foi construída, para assim entendermos essa dinâmica.

Foram identificadas diversas interações espaciais e relações entre a população indígena dentro do comércio de Amambai. Essas interações ocorrem por meio do consumo de bens e serviços, entre eles, o atendimento médico-hospitalar público, como a Casa de Saúde do Índio- CASAI; também há muitos indígenas que buscam educação nas escolas públicas da cidade, mas o foco da pesquisa foi no comércio da cidade, que oferece comércio varejista de vestuário, calçados, alimentos, eletrodomésticos e eletrônicos, móveis, farmácias, utilidades e insumos agrícolas. Cabe destacar também

o número de trabalhadores indígenas que se deslocam diariamente das aldeias para trabalhar na cidade.

Durante a realização da pesquisa foi possível perceber através do levantamento bibliográfico que ainda há poucos trabalhos que buscam entender a relação do indígena com o espaço urbano e como ele pode ser protagonista na construção deste espaço, mesmo que algumas vezes ele tenha muitas dificuldades e limites impostos para conseguir se inserir nele.

2 | O CONTEXTO HISTÓRICO E A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS

Para entendermos a atual situação da questão indígena em Amambai, é necessário primeiramente que entendamos o contexto histórico de exploração e desterritorialização brutal sofrida pelos povos originários dessa região. O atual território sul-mato-grossense, segundo estudos arqueológicos, foi ocupado e nele viveram por longos períodos de tempo muitos grupos nômades que se deslocavam pelo continente, como: pescadores, caçadores e coletores, orientando-se pelo curso dos rios e trilhas naturais.

Nesta região, existiam excelentes condições para desenvolvimento e manutenção de culturas humanas. Desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus no continente, a área de Mato Grosso do Sul, por mais que fosse distante dos centros econômicos mercantilistas sul-americanos, fez-se, imediatamente, sua inserção na estratégia econômica do sistema colonial na importante posição de caráter fornecedor de uma mercadoria indispensável para o funcionamento desse modelo de sistema: a mão-de-obra escrava.

Como resultado dessa violenta convivência com “outra” civilização, quase acarretou o extermínio da população indígena dessa região. Nos primeiros trezentos anos de colonização, diversos grupos com diferentes modelos de comportamento, que hoje poderiam ser fonte enriquecedora cultural, foram extintas, deixando poucos vestígios arqueológicos que possam caracterizar os modos de ser, o que promoveu danos irreparáveis à contribuição do conhecimento da cultura homem/natureza. Apesar disso, Mato Grosso do Sul possui a segunda maior concentração de população indígena do Brasil, atrás apenas do Amazonas. Ao final do século XIX, teve início a ocupação da região por não índios, através principalmente da exploração de umas das riquezas presentes no território Guarani com grande valor no mercado: a erva-mate. A atividade comercial da erva mate pela companhia Mate Laranjeira se consolidou com início da tomada do território Guarani através de vários tipos de exploração econômica, visto que tais territórios foram reconhecidos por certa abundância de recursos e havia o interesse em domina-lo com ou sem consentimento dos locais. O povoamento da região teve como base as atividades produtivas em fazendas e a expropriação dos povos originários da região mediado pelo antigo SPI— Sistema de Proteção ao Índio—

precursor da FUNAI— Fundação Nacional do Índio. No intervalo de 1915 a 1928 foram estabelecidas oito “reservas” no estado com a finalidade de ser o lugar para onde os indígenas expropriados eram levados.

Esse processo de transferência arbitrária a população indígena, que ocupava inúmeras aldeias, para as reservas demarcadas pelo SPI, caracteriza o confinamento compulsório e marca a situação dos índios Kaiowá e Guarani hoje e que está na raiz dos inúmeros conflitos entre os Kaiowá e Guarani e os que adquiriram essas terras, muitas delas arbitrariamente liberadas pelo SPI e pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Cabe destacar que no processo de demarcação como reservas indígenas dessas oito porções de terra, o SPI não teve em conta as formas de ocupação e exploração dos recursos naturais próprios dos Kaiowá e Guarani. Portanto, hoje a maioria das comunidades indígenas sul-mato-grossenses vivem em áreas reduzidas, confinadas em áreas reservadas pelo antigo SPI, e são pequenas porções de seu território original do período pré-colonial, que hoje, são insuficientes para os indígenas exercerem seu modo de vida.

Outra finalidade das reservas era a de tentar transformar aos poucos os indígenas em “cidadãos civilizados”, o nome “reserva” surge no sentido de estes lugares serem uma reserva de mão de obra para as cidades, mas este processo de transformar o Guarani parte da “comunidade brasileira” foi uma catástrofe, o que torna impossível abordar a história indígena no estado e no país sem falar de resistência, derramamento de sangue e genocídio, procedimento não tão distinto de acontecimentos atuais. Além da violência, os constantes deslocamentos em curtos períodos de tempo para as frentes de trabalho são até hoje fatores que impedem a organização social dos povos indígenas.

São povos cujo destino, sob a ótica dos colonizadores, era o desaparecimento total, mediante a sua integração em nossa sociedade, entendendo-se, historicamente, essa integração como superação da sua distintividade enquanto povos com seu território, seu modo de vida, sua organização social, sua economia, sua religião e sua cosmologia. (Brand, Ferreira e Azambuja, 2008, p.27/28).

Os Guarani foram e são excelentes agricultores, cultivando principalmente o milho, base de seu cardápio. Além de serem eficientes no cultivo e tecelagem de algodão silvestre, utilizados para confecção de redes e roupas, produzem uma variedade de recipientes de cerâmica utilizados em rituais e no dia-a-dia. O modo de vida de uma população que por séculos viveu a partir da subsistência tanto cultural como alimentar em uma região com abundância de recursos naturais, foram modificados para se tornarem dependentes de um sistema de desenvolvimento agressivo visando apenas lucrar com produção em massa, deixando-os vulneráveis à fome, doenças, alcoolismo e outras drogas.

Nesse sentido, Férrer acrescenta:

Tem-se, de um lado, o pujante agronegócio, movimentado pelo plantio de cana-de-açúcar, soja e milho e pela intensiva criação de gado; e de outro, mais de 40 mil índios habitando fragmentos de terra, isolados e dispersos em 69 áreas, que incluem 36 acampamentos onde as condições de sobrevivência são subumanas. (FÉRRER (2012) p.112).

Mesmo com organização e mobilização indígena e de apoiadores não indígenas como da academia, ONG's e comunidade em geral, a sobrevivência da população Guarani e Kaiowá prossegue ameaçada devido às políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro e os atores do agronegócio que atuam dentro e fora da lei, destruindo o Tekohá dessa população.

Centenas de famílias Guarani e Kaiowá, estão retomando seus Tekohá aguardando a demarcação de suas terras tradicionais. Atualmente, os indígenas das etnias Guarani e Kaiowá vivem/sobrevivem ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, compondo um contingente mais expressivo comparado as outras etnias presentes no estado. A maioria dos índios Guarani vive em terras legalizadas nos municípios de Dourados, Amambai, Caarapó e outros municípios menores. No entanto, milhares de indígenas lutam na Justiça Federal pelo reconhecimento de terras que hoje ocupam, mas os processos correm lentamente por diversos fatores como a corrupção, falsificação de documentos, grilagem de terras, influência de ruralistas e agentes do agronegócio e até mesmo grupos que adotam discursos de senso comum e preconceituosos.

Os Guarani e Kaiowá tiveram durante séculos até os dias atuais, o seu território invadido e loteado e sua população reduzida de maneira drástica. Este panorama de falta de terra e a necessidade de buscar renda para sobrevivência traz o indígena dos confinamentos da aldeia cada vez mais próximo da dinâmica urbana, por mais graves que sejam as calúnias e estereótipos reproduzidos por moradores não indígenas.

Os indígenas na região de Amambai sofreram o processo de perda das suas terras no início do século XX, com isso ao longo do tempo foram colocados em três reservas, a maior delas é a Aldeia Amambai, com população de cerca de 5469 indígenas, a segunda maior é a Aldeia Limão Verde, com cerca de 1092 indígenas, e a terceira maior é a Aldeia Jaguari, com 321 indígenas, (IBGE 2010) estas aldeias ficam nos arredores da cidade. Como sabemos, os tamanhos de suas terras são insuficientes para que eles possam manter o modo de vida que tinham antes da colonização no estado do Mato Grosso do Sul, como afirma Férrer:

A vida dessa gente ficou marcada pela violência das frentes de expansão do capital agrícola, presente no processo de expropriação territorial, que por sua vez, conduz à perda do acesso à alimentação, educação e saúde e ao extermínio dos grupos mais fragilizados. (FÉRRER, 2012, p.112)

Com o passar dos anos, a população indígena dentro das reservas foi aumentando, e cada vez mais os indígenas não conseguiam produzir e manter sua forma de vida apenas com o pequeno espaço das reservas. Com isso, o indígena se viu obrigado

a buscar outras formas de conseguir sobreviver, sendo inevitável que ele passasse a vender sua mão de obra em troca de dinheiro ou comida na cidade.

Os indígenas até os dias atuais sobrevivem através da venda da sua mão de obra, o que faz com que as relações entre os indígenas e não índios sejam inevitáveis. A cidade de Amambai é um exemplo disso. As relações entre indígenas e não indígenas está presente em todos os lugares. É muito comum encontrar indígenas que vem das aldeias diariamente para a cidade. Eles buscam na cidade atendimento hospitalar na CASAI- Casa de saúde do índio, trabalho e principalmente o consumo de bens e serviços, que é o viés utilizado nessa pesquisa para a discussão dessa relação.



AMAMBAI-MS: INDÍGENAS FAZENDO COMPRAS NO COMÉRCIO DA CIDADE

Foto: Leonardo Calixto Maruchi (2016)

Essa forte presença de indígenas na cidade e, especialmente no comércio, levanta a questão da importância e da relação de interdependência entre o comércio da cidade de Amambai e os indígenas. Sendo assim, o foco para buscarmos entender essa relação foi através do levantamento de dados qualitativos e quantitativos, a partir da aplicação de questionários e entrevistas. Com isso, buscou-se além de entender essa relação de interdependência, também mostrar que contrariamente ao pensamento que grande parte da população local reproduz, o indígena não é um vagabundo que vive de assistência governamental e não trabalha, muito pelo contrário, a pesquisa deixa claro que os indígenas trabalham e consomem tanto quanto os não indígenas, e são importantíssimos para a economia da cidade ao consumirem e fornecerem mão de obra para a cidade.

Para o andamento da pesquisa, primeiramente foi necessário que fosse delimitada a área a ser estudada, o centro comercial de Amambai é extenso e o objetivo da pesquisa não é obter dados absolutos sobre quanto dinheiro os indígenas movimentam no comércio. O consumo indígena no comércio é um instrumento para análise e também um instrumento para fomentar a discussão da questão indígena atualmente. Sendo assim, foi escolhida uma pequena área do centro da cidade onde

fosse possível verificar uma maior presença de indígenas, e que também tinha uma variedade nos tipos de estabelecimentos, uma vez que em Amambai grande parte do comércio é do ramo de roupas e calçados. Sendo assim, a região delimitada para estudo foi a Avenida Pedro Manvailer, entre as ruas Vereador João Neves e Avenida Nicolau Otano.



PLANTA DA CIDADE DE AMAMBAI: ÁREA DE ESTUDO DELIMITADA

Fonte: Prefeitura de Amambai-MS- Elaborado pela Secretaria de obras pública

Org.: Leonardo Calixto Maruchi

Verificou-se através da pesquisa que a média geral de clientes indígenas foi de 17,6% em todos os estabelecimentos da área de pesquisa. Essa taxa é considerável comparativamente à porcentagem de população indígena da cidade, que é de quase 25% da população total. Vale ressaltar aqui a grande amplitude encontrada nos dados, sendo que em alguns casos a porcentagem de clientes indígenas não passava de 5%, e em alguns casos sendo igual a zero, mas em outros casos, a estimativa dos comerciantes foi de que essa porcentagem fosse de 50 até 90%.

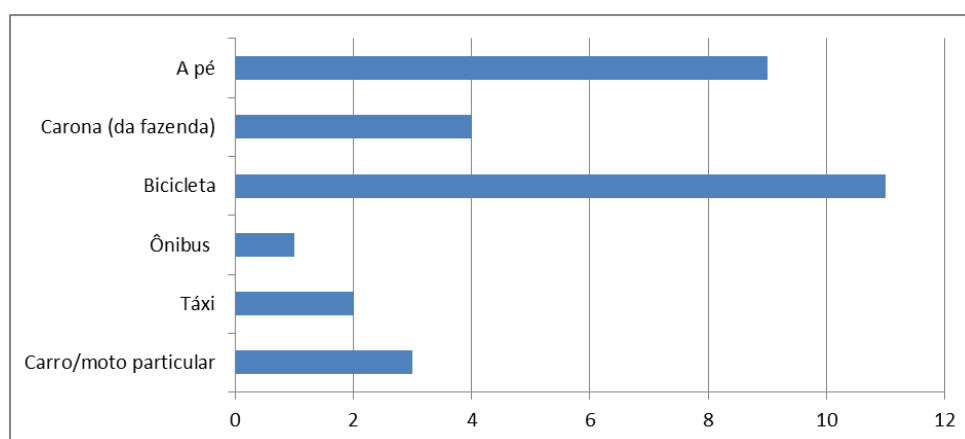
Os dados acima revelam que o indígena tem uma preferência por certos gêneros de estabelecimentos e dentro destes gêneros também nota-se uma preferência por certos estabelecimentos, um exemplo, é entre os estabelecimentos do gênero mercado. Um estabelecimento apontou que tinha de 20 a 30% de clientes indígenas, mas o outro mostrou ter praticamente o dobro de porcentagem do concorrente (de 50 a 60%), vale lembrar, que estes mercados estão localizados lado a lado, literalmente encostados. As lojas de utilidades também demonstraram ter bastante diferença. Uma

delas apontou que tinha de 10 a 20% de clientes indígenas, já outra apontou ter entre 70 a 80%. As lojas de móveis e eletrodomésticos também apresentaram bons números, variando entre 20 e 40%. Já os demais tipos de comércio não apresentaram grandes porcentagens falando de maneira geral, a maioria apresentou dados que variam entre 5 e 20%, mas é possível notar que entre eles há alguns que apresentam dados bem diferentes dos demais da mesma categoria, sendo eles muito baixos ou muito altos em relação aos demais.

Tais dados nos revelam que os tipos principais de estabelecimentos frequentados pelos indígenas são os mercados e lojas de móveis e eletrodomésticos, mas ainda assim, de maneira geral, eles são importantes para todas as principais categorias de comércio da região. Esses dados ainda nos levanta o questionamento do “por que” dos indígenas terem preferência por alguns estabelecimentos, sendo que alguns possuem concorrentes do mesmo gênero a poucos metros de distancia que possuem uma frequência de indígenas bem menor. Podemos levar em consideração a questão de preços e oferta de mais variedades de produto, mas também não podemos esquecer a questão do mal atendimento e preconceito relatados por diversos indígenas em alguns estabelecimentos locais.

Através destes dados podemos perceber a importância do indígena no comércio de Amambai e o nível de inserção dos Guarani e Kaiowá nas relações mercantis. Os dados apontam que existe uma relação de interdependência entre o indígena (que busca na cidade suprir suas necessidades) e o comércio (que necessita dos indígenas para se fortalecer). Essa relação algumas vezes encontra algumas barreiras, mas a maioria dos comerciantes parece estar ciente disso e da importância dessa relação.

Nas entrevistas muitos indígenas afirmaram que a renda que tinham através do trabalho e dos auxílios do governo davam para apenas para consumir o básico ou era insuficiente. Nota-se assim que para eles é muito difícil ter acesso à bem materiais, a maioria vinha das aldeias a pé ou de bicicleta, vale ressaltar que a Aldeia Amambai está a cerca de 7,5 quilômetros do centro da cidade, a Limão Verde está a cerca de 8 quilômetros e a Jaguari a cerca de 50 quilômetros da cidade.



Cidade De Amambai: Meios De Locomoção Utilizados Pelos Indígenas

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Org.: Leonardo Calixto Maruchi, 2017

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi evidenciar a importância do indígena no comércio de Amambai-MS. Buscamos desde o princípio comprovar através de dados que o consumo dos indígenas é muito importante para alguns comércios da cidade. Sendo assim, a economia de Amambai e os indígenas criaram uma relação de interdependência, uma vez que os indígenas não conseguem mais produzir tudo o que precisam como antigamente, então passaram a buscar na cidade as coisas que precisam para sua sobrevivência, e com isso, a economia de Amambai também depende desse mercado já que ele fortalece o comércio local.

Primeiramente fizemos uma contextualização histórica para mostrar os processos violentos pelo qual os indígenas passaram até serem colocados nas reservas indígenas sem o mínimo de preocupação com suas necessidades e sua cultura.

Buscamos entender como funciona a dinâmica na cidade de Amambai-MS, e a sua particularidade devido a grande presença de indígenas no centro da cidade. Concluímos que Amambai possui uma dinâmica muito particular, já que são poucas as cidades onde se presencia uma quantidade tão grande de índios andando nas ruas e frequentando os comércios da cidade.

Após entendermos o processo histórico que levou Amambai a ter essa atual configuração, buscamos delimitar uma área da cidade, e através da aplicação de questionários e entrevistas com comerciantes e indígenas pudemos obter dados que comprovaram a importância que os indígenas tem para o comércio da cidade através do consumo de bens e serviços e conseqüentemente o fortalecimento da economia local.

Neste trabalho também discutimos a questão das dificuldades que os indígenas sofrem devido as baixas condições de vida que a maioria tem, através de entrevistas pudemos entender que os auxílios do poder público ajudam, mas não são suficientes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. A questão agrária em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UFMS, 2008.

BRAND, A. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS.** *Tellus*, ano 4, n. 6, p. 137-150, Campo Grande –MS, abril de 2004.

BRAND, A.; FERREIRA, E. M. L.; ALMEIDA, F. A. A. de. **Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia. Matte Larangeira: negociações e conflitos.** In: SIMPÓSIO NACIONAL

FÉRRER, F. A. **Os Guarani Kaiowá.** In: Revista do Instituto do Ceará, 2012

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, G. R. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS: 2 ed. UFMS, 2002

MIZUSAKI, M. Y. **O “agrobandidismo” e as disputas territoriais em Mato Grosso do Sul.** Jornal O Progresso, 2011. Disponível em: <http://www.progresso.com.br/opinia0/marcia-yukari-agrobandidismo-e-as-disputas-territoriais-em-ms>. Acesso em: 30/10/2016

MOTA, J. G. B. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** In: Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 15, nº. 21 pp. 114-134 Jul-dez./2012

NUNES, E. S. **Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades.** In: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

PEREIRA, L. M. **Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais.** Revista História em Reflexão: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.

PEREIRA, L. M. **O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS.** *Tellus*, ano 3/ n. 4/ p. 137-145, Campo Grande - MS abril de 2003.

SANTANA, J. V. J de. **Globalização e saber indígena: na “geografia do sagrado” a possibilidade de construção de uma identidade étnica.** In: Revista Espaço Acadêmico, nº 106, março de 2010.

SIQUEIRA, E. M. de; BRAND A. J.. **Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul: os conflitos de terra e as marcas do SPI.** Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/Paineis/>

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

